



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
Nº 53.151/2025

**CONTRATANTE (UASG)**  
000987769

**OBJETO**  
Aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos destinados às ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas urbanas, rurais e hídricas do Município de Piraquara

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO**  
**R\$ 5.726.593,30 (cinco milhões setecentos e vinte e seis mil e quinhentos e noventa e três reais e trinta centavos)**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia **16/06/2026** às 09h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**  
Menor preço – forma de apuração por item

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026**  
Processo Administrativo nº 53.151/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº Municipal nº 11.001/2023, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a **aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos** destinados às ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas urbanas, rurais e hídricas do Município de Piraquara conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.2.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1 O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



2.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.5.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.8.1 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.5.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.





3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.



3.6.1 o item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item anterior

.



3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações e as características indicadas no descritivo inserto no Termo de Referência.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.





4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estipulados.

4.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estipulados.

4.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão de Controle Externo, e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada





ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.10 Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior por ele ofertado e registrado pelo sistema.



5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento



iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



5.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da



entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 A hipótese do item anterior não será aplicada quando enquadrada a licitação, o(s) lote(s) ou o(s) item(ns) no disposto no art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:



5.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Municipal nº 11.029/2023;

5.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2 empresas brasileiras;

5.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



5.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e correlatas disposições deste edital, e verificará eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep> );

6.1.4 Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;



6.1.5 Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR;

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 151 a 159 da Lei 14.133/2021

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese tratada no item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes

6.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



7.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



7.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.5.2 Quando necessária a averiguação de autenticidade de documento que tenha sido apresentado por cópia, o agente da Administração deverá facultar ao interessado, em prazo hábil, a apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade de autenticidade, subscrita por advogado e sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

7.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.



7.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 Respeitada a exceção do item anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e art. 163, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023):

7.15.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.





7.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação.

7.20 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.21 Os documentos que trata este edital devem ser apresentados dentro do prazo de validade na data designada para a sessão. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 90 (noventa) dias corridos anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto para os documentos que por sua natureza, não estejam sujeitos ao prazo de validade.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

8.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link licitações.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante/contratado que:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato (art. 155, inciso I):

9.1.1.1 Descumprimento parcial das obrigações contratuais sem causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato com grave dano (art. 155, inciso II):

9.1.2.1 Descumprimento parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato (art. 155, inciso III);

9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame (art. 155, inciso IV):

9.1.4.1 Não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (art. 155, inciso V):

9.1.5.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.5.4 Deixar de apresentar amostra;

9.1.5.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, inciso VI);

9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (art. 155, inciso VII):

9.1.7.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (art. 155, inciso VIII);

9.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (art. 155, inciso IX);



9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, inciso X):

9.1.10.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.10.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, inciso XI);

9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (art. 155, inciso XII).

9.2 Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 Advertência;

9.2.2 Multa;

9.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados os critérios estabelecidos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



9.4 A multa será aplicada conforme a classificação de gravidade da infração, com percentuais fixos incidentes sobre o valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

**9.4.1 INFRAÇÕES LEVES - Multa de 10% (dez por cento):**

- Item 9.1.1: Inexecução parcial do contrato sem grave dano (art. 155, I);

**9.4.2 INFRAÇÕES MÉDIAS - Multa de 15% (quinze por cento):**

- Item 9.1.4: Deixar de entregar a documentação exigida (art. 155, IV);
- Item 9.1.5: Não manutenção da proposta (art. 155, V);
- Item 9.1.6: Não celebração do contrato ou não entrega de documentação para contratação (art. 155, VI);
- Item 9.1.7: Retardamento injustificado (art. 155, VII).

**9.4.3 INFRAÇÕES GRAVES - Multa de 20% (vinte por cento):**

- Item 9.1.2: Inexecução parcial do contrato com grave dano (art. 155, II);
- Item 9.1.3: Inexecução total do contrato (art. 155, III).

**9.4.4 INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS - Multa de 30% (trinta por cento):**

- Item 9.1.8: Documentação ou declaração falsa (art. 155, VIII);
- Item 9.1.9: Fraude na licitação (art. 155, IX);
- Item 9.1.10: Comportamento inidôneo ou fraude (art. 155, X);
- Item 9.1.11: Atos ilícitos para frustrar objetivos da licitação (art. 155, XI);
- Item 9.1.12: Atos lesivos da Lei Anticorrupção (art. 155, XII).

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Para infrações gravíssimas (itens 9.1.8 a 9.1.12), a reabilitação do sancionado poderá ser condicionada à implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.7 As infrações relacionadas à execução contratual (itens 9.1.1 a 9.1.3) serão apuradas durante a vigência do contrato, enquanto as demais infrações (itens 9.1.4 a 9.1.12) podem ser identificadas durante o processo licitatório ou execução contratual, conforme o caso.



9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021:

9.8.1 Em decorrência da prática das infrações gravíssimas dispostas nos itens 9.1.8 (documentação/declaração falsa), 9.1.9 (fraude na licitação), 9.1.10 (comportamento inidôneo), 9.1.11 (atos ilícitos para frustrar a licitação) e 9.1.12 (atos lesivos da Lei Anticorrupção);

9.8.2 Em decorrência das infrações graves dispostas nos itens 9.1.2 (inexecução parcial com grave dano) e 9.1.3 (inexecução total), que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

9.8.3 Em decorrência das infrações leves e médias dispostas nos itens 9.1.1 (inexecução parcial sem grave dano), 9.1.4 (não entrega de documentação), 9.1.5 (não manutenção da proposta), 9.1.6 (não celebração do contrato) e 9.1.7 (retardamento injustificado), quando as circunstâncias do caso concreto, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias agravantes e os danos causados à Administração justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do art. 168, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá



proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados."

## **10. DO CONTRATO**

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que

I – a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II – a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de protocolo eletrônico oficial utilizado no âmbito da Administração Municipal, conforme disposto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.00.1/2021.

11.3.1. O protocolo eletrônico pode ser acessado no sítio eletrônico do Município, [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link “SERVIÇOS ON-LINE” – “Carta de Serviços” o qual deve ser pesquisado como “**impugnação**” ou “**esclarecimento**”, ou por meio de link, <https://rb.gy/7mqvs1> ou



código QR cold:

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos

11.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não



comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link “licitações”.

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.11.2 ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

12.11.3 ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Piraquara, 26 de maio de 2026

**Tiago Alves**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****Processo Administrativo nº 53.151/2025****Pregão 09/2026****1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO**

1.1 Aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos destinados às ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas urbanas, rurais e hídricas do Município de Piraquara, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

a) No que tange aos **Itens 1, 2, 3 e 4**, os equipamentos serão destinados especificamente à **garantia da manutenção e conservação da malha viária rural**, permitindo que a municipalidade possa **ampliar as ações e intensificar os trabalhos em toda a zona rural**, em estrita observância ao Plano de Trabalho do Convênio SEAB nº 23.790.881-3.

b) Já para os **Itens 5 e 6**, custeados com recursos próprios, os equipamentos permitirão o suporte às frentes de trabalho em áreas urbanas e de manejo hídrico.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	U.M	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>Caminhão Basculante</b> <b>Potência: 280 HP. Tração: 6x4.</b> <b>Capacidade Volumétrica De Carga: 10 M3</b> Complemento  CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4, Potência mínima de 280 CV; motor diesel, atendimento a Resolução CONAMA 490/2018, (Proconve P8, equivalente ao Euro VI) câmbio manual, automático ou automatizado de no mínimo 9 (nove) marchas/velocidade a frente e 1 (uma) a ré, cor branca (caminhão e caçamba), <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor, na data do recebimento da ordem de compra (ou modelo de ano superior), cor branca (caminhão e caçamba), capacidade da caçamba 10,0m³, aço estrutural de alta resistência como SAE 1020 – ASTM A-	635332	un	2	R\$ 802.499,50	R\$ 1.604.999,00



	36 OU SAC-350, <b>SISTEMA HIDRÁULICO</b> de acionamento indireto com 02 (dois) pistões, <b>GARANTIA:</b> de 24 (vinte e quatro) meses (caminhão e caçamba), todas as <b>REVISÕES</b> por igual período, com insumos, logística e mão de obra às expensas da CONTRATADA sem limite de quilometragem; <b>PNEUS:</b> mínimo 295/80 R22.5 de uso misto. <b>CAPACIDADE:</b> Peso bruto total (PBT) homologado de 23.000 kg					
2	<b>Escavadeira Hidráulica</b> <b>Tipo Rodagem: Esteira</b> <b>Potência: 110 HP</b> <b>Comprimento Do Braço: 2,5 M</b> <b>Largura Sapatas Esteiras: 600 MM</b> <b>Capacidade Carga: 0,80 M3</b> <b>Tipo Motor: Diesel</b> <b>Peso Operacional (Mínimo): 17.000 KG</b> <b>Cabine: Cabine Fechada Rops/Fops Com Ar-Condicionado,</b> Complemento ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, última série, nova, zero hora, <del>registro no RENAGRO</del> , admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida mínima de 110 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I, TIER II), TRANSMISSÃO Hidrostática, força de tração na barra 15.800 kgf/m, número de velocidade 02 (duas) a frente e 02 (duas) a ré; sistema hidráulico bomba do tipo pistão fluxo variável, capacidade da caçamba mínimo 0,80 m³, força de desagregação na caçamba de no mínimo 11.000 kgf, força de desagregação no braço de no mínimo 9.100 kgf, velocidade de giro mínimo de 8,5 rpm, esteira com sapatas largura mínima 600 mm, número de roletes superiores mínimo de 02 (dois) e roletes inferiores mínimo de 07 (sete) de cada lado, <b>PESO OPERACIONAL de 17.000 kg até 23.500 kg</b> , largura mínima das sapatas da esteira 600mm, sistema elétrico de 24 V, direção hidrostática, cabine fechada com ar condicionado e certificação ROPS/FOPS, com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, câmera de ré de fábrica, rádio com USB	635339	un	1	R\$ 702.119,30	R\$ 702.119,30



3	<p><b>Retroescavadeira</b> <b>Potência Operacional Mínima: 85 HP</b> <b>Capacidade Mínima Carregadeira: 0,76 M3</b> <b>Capacidade Mínima Escavadeira: 0,175 M3</b> <b>Tração: 4 X 4</b> <b>Motorização: Diesel</b> <b>Cabine: Cabine Fechada Rops/Fops</b> <b>Com Ar-Condicionado</b> Complemento</p> <p>RETROESCAVADEIRA 4X4, última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 85 HP, motor diesel que atenda ao controle de emissão de poluentes (PROCONVE MAR-I -CONAMA), transmissão tipo <i>PowerShuttle</i>, admissível tipo: <i>Synchro Shuttle</i> e <i>Powershift</i>, número mínimo de marcha 4(quatro) a frente e 2 (duas) a ré; sistema de acoplamento conversor de torque, freio multidisco em banho de óleo, sistema hidráulico bomba tipo engrenagem ou pistão/fluxo variável, <b>ESCAVADEIRA DA RETRO</b> capacidade da caçamba mínimo de 30" un(trinta polegadas), profundidade mínima de escavação 4.200 mm, altura de carga mínima 3.100mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.900 kgf, força de desagregação no braço mínimo de 3.000 kgf/m, <b>CARREGADEIRA FRONTAL</b> capacidade da caçamba mínimo de 0,76 m³, cilindros de elevação mínimo de 2 (dois) e de tombamento mínimo de 1 (um) altura de descarga mínimo de 2.570 mm, altura total de articulação, mínimo 3.290mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.000 kgf, carga operacional mínimo de 2.500 kg, PNEUS dianteiros mínimo 12x16,5 e traseiros mínimo 17,5x25, <b>PESO OPERACIONAL de 7.100 Kg até 7.900kg</b>, sistema elétrico 12 V, eixos tipo redução planetária ou coroa e pinhão central, direção hidrostática, cabine fechada com sistema de ar-condicionado e certificação ROPS/FOPS.</p>	609885	un	3	R\$ 430.000,00	R\$ 1.290.000,00
04	<p><b>Compactador Liso Terraplenagem</b> <b>Tipo: Vibratório</b> <b>Quantidade De Cilindros: 01</b> <b>Potência Motor: 110 HP</b> <b>Tipo Cabine: Rops/Fops, Ar</b></p>	635333	un	1	R\$ 535.500,00	R\$ 535.500,00



	<b>Condicionado,</b> <b>Características Adicionais: Kit Multi</b> <b>Patas Corrugado</b>  Complemento ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO COM KIT PÉ DE CARNEIRO, última série, novo, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 110 HP, que atenda ao controle de poluentes - CONAMA, PROCONVE, MARI, TIER III) transmissão tipo hidrostático, número mínimo de 2 duas) velocidades a frente e 2 (duas) a ré; freio hidrostático, PNEUS tipo balão 23,1X26/RP10, peso operacional de 10.500 kg até 13.000 kg, sistema elétrico de 24 V, direção hidráulica ou hidrostática, manobrabilidade articulado, CABINE FECHADA com sistema de ar-condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, oscilação de no mínimo 09º para cada lado e articulação de no mínimo 33º para cada lado, compactação/vibração - sistema de vibrações de alta e baixa amplitude, frequência de vibrações de no mínimo 1.800 vpm ou 30,0 Hz, amplitude alta mínimo de 1,8mm e baixa de no mínimo 0,8mm, força centrífuga em alta amplitude, mínimo de 230 kN e de baixa amplitude mínimo de 120 kN, 1 (um) cilindro com capa pé de carneiro, diâmetro mínimo do cilindro Ø 1.500mm e largura mínima de 2.130mm, tração no tambor com capacidade teórica de subir em rampa com vibração de 45%					
05	<b>Escavadeira Hidráulica</b> <b>Tipo Rodagem: Esteira</b> <b>Potência: 45 HP</b> <b>Comprimento Do Braço: 1,5 M</b> <b>Largura Sapatas Esteiras: 400 MM</b> <b>Capacidade Carga: 0,25 M3</b> <b>Tipo Motor: Diesel</b> <b>Peso Operacional ( Mínimo): 4550 KG</b> <b>Cabine: Cabine Fechada Rops/Fops</b> <b>Com Ar-Condicionado</b> Complemento ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, última série de produção, nova, zero hora, <del>registrada no RENAGRO</del> , admissível fabricação a partir do segundo semestre de 2024 ou superior, com PESO OPERACIONAL mínimo de 4.550 kg e máximo de 5600. kg, Motor diesel, turbo alimentado de 3 a 4	636583	un	1	R\$ 489.000,00	R\$ 489.000,00



	<p>cilindros, com potência de no mínimo 45 hp , atendendo às normas de emissões (CONAMA, PROCONVE MAR-I ou Tier III), com <b>Transmissão:</b> hidrostática, com deslocamento por duas velocidades (baixa e alta). <b>Sistema hidráulico:</b> bomba de pistão axial de deslocamento variável, com potência hidráulica compatível para escavação e operação de implementos auxiliares, <b>FORÇA DE ESCAVAÇÃO NA CAÇAMBA</b> mínima de <b>4.000 kgf</b>, <b>FORÇA DE ESCAVAÇÃO NO BRAÇO</b> mínima de <b>2.900 kgf</b>, <b>Profundidade máxima de escavação de no mínimo 3.800 mm</b>, <b>altura máxima de descarga de no mínimo 5.800 mm</b>, com <b>CAÇAMBA</b> DE USO GERAL com capacidade de <b>0,10 a 0,25 m³</b>, equipada com dentes, <b>ESTEIRAS:</b> METÁLICAS OU COM BORRACHAS com largura mínima de <b>400 mm</b>, com 1 rolete superior e 4 ou 5 roletes inferiores por lado, <b>Sistema elétrico de 12 V</b>, <b>CABINE FECHADA</b>, certificada ROPS/FOPS, equipada com ar-condicionado, assento ergonômico, alavancas piloto de fácil operação e visor multifuncional com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, cinto de segurança, câmera de ré de fábrica ou opcional homologada, Rádio com USB e Lâmina frontal (dozer blade) de acionamento hidráulico. O equipamento deve ser <b>“ZERO TAIL-SWING”</b></p>					
06	<p><b>Escavadeira Hidráulica</b> <b>Tipo Rodagem: Esteira</b> <b>Potência: 155 HP</b> <b>Comprimento Do Braço: 7,10 M</b> <b>Largura Sapatas Esteiras: 600 MM</b> <b>Capacidade Carga: 0,52 M3</b> <b>Tipo Motor: Diesel</b> <b>Peso Operacional (Mínimo): 23.000 KG</b> <b>Cabine: Cabine Fechada Rops/Fops</b> <b>Com Ar-Condicionado</b> Complemento</p> <p>ESCAVADEIRA HIDRÁULICA LONG REACH, última série, nova, zero hora, <del>registro no RENAGRO</del>, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida mínima de 155 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I, TIER III), TRANSMISSÃO hidrostática, força</p>	635338	un	1	R\$ 1.104.975,00	R\$ 1.104.975,00





	de tração na barra de no mínimo 21.000 kgf/m, número de velocidade 02 (duas) a frente e 02 (duas) a ré com aceleração elétrica; sistema hidráulico, bomba do tipo pistão axial de deslocamento variável, força de desagregação na caçamba de no mínimo 8.500 kgf, força de desagregação no braço de no mínimo 5.000 kgf, velocidade de giro mínimo de 11,4 rpm, <b>PESO OPERACIONAL MÍNIMO de 23.000 kg, MÁXIMO de 27.000 kg</b> , com <b>LANÇA DE LONGO ALCANCE</b> de no mínimo 8.300 mm e <b>BRAÇO DE LONGO ALCANCE</b> de no mínimo 7.100 mm, <b>CAÇAMBA DE LONGO ALCANCE</b> com capacidade de 0,52 m³ com comprimento de 1.600 mm e altura de 980 mm, esteiras com sapatas de garras triplas com largura de 800 mm, número de roletes transportadores em cada lateral 02 (dois) e roletes de esteira em cada lateral 09 (nove), sistema elétrico de 24 V, direção hidrostática, cabine fechada com ar condicionado e certificação ROPS/FOPS, com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, câmera de ré de fábrica, rádio com USB					
<b>07</b>	<b>Trator De Esteira</b> <b>Potência Motor: 118 HP</b> <b>Peso: 14.000 KG</b> <b>Tipo: Turbo Alimentado</b> <b>Sistema Transmissão: Hidramático</b> <b>Tipo Lâmina: Ângulo De Potência Variável</b> <b>Tipo Freio: Hidráulico</b> <b>Tipo Motor: Diesel</b> <b>Capacidade: 2,90 M3</b> <b>Características Adicionais: Cabine Com Ar Condicionado</b>  Complemento	635334	un	4	CANCELADO	CANCELADO
	<del>TRATOR DE ESTEIRA, última série, novo, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, na cor predominante amarela, peso operacional de no mínimo 14.000 kg, cabine fechada com proteção ROPS/FOPS, ar condicionado quente e frio, assento do operador com suspensão a ar, com apoio para os pés e braços e cinto de segurança, equipado com motor a diesel marca correspondente, 06 cilindros, aspiração:</del>					



<del>turbo-alimentado, potência mínima de 118 HP, tanque de combustível de no mínimo 227 litros, que atenda aos padrões de emissões vigentes TIER 3 do EPA dos EUA, Estagio III A da UE e MAR-1 do Brasil, comprimento total do equipamento aprtoximado de 4.618 mm, largura do equipamento aproximado a 2.330 mm, altura, até o topo da cabine, de no mínimo 2.900 mm, comprimento da lâmina igual a 3.196 mm, lâmina com inclinação e ângulo variável e capacidade SAE igual a 3.3 m³, material rodante com no mínimo 07 roletes inferiores em cada lado, número de sapatas em cada lado igual a 40, alarme sonoro de deslocamento a ré, equipado com RIPPER/ESCARIFICADOR com 03 dentes e com todos os itens de série para o modelo, conforme catálogo comercial do produto e com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo COTRAN</del>						
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 5.726.593,30</b>

1.2 Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Os itens desta aquisição não se enquadram como sendo bem de luxo, nos termos do que dispõe o Decreto Municipal nº 10.730/2023.

1.4 O prazo de vigência do contrato é de 08 (oito) meses contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1 A fundamentação da aquisição e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2 A aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 conforme detalhamento a seguir:

DFD	ID PCA no PNCP	Data de publicação no PNCP:	Id do item no PCA	Classe/ Grupo:	Identificador da futura aquisição:
523	01/2026	12/05/2025	8306,8307,8308,8309,8310,8311,8312	2320,3810,3805,3895,2410	383/2026



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. ENTREGA**

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Papa Paulo VI nº 126, Vila Chaune, Piraquara/PR de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 16:00 horas.

### **6. GARANTIA**

6.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.2 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.2.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.2.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos de fábrica apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.



6.2.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.2.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.2.6 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, mediante a aceitação pelo Contratante.

6.2.7 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.2.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.3 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 11.001/2023, e demais regulamentos aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o



protocolo eletrônico para esse fim, conforme previsto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos **e seguirá as diretrizes do Convênio SEAB nº 23.790.881-3.**

7.6.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





7.6.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.7.1 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.7.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.





## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**8.3.1. Após o recebimento definitivo dos itens 1, 2, 3 e 4, o setor de Frotas da Municipalidade deverá emitir imediatamente o Termo de Incorporação ao Patrimônio, visando o cumprimento da Etapa 1.3 do Cronograma de Execução do Convênio SEAB nº 23.790.881-3.**

~~8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.~~

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à





liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art 5 Do Decreto Municipal nº 11.985/2024

~~8.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.~~

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1 o prazo de validade;

8.10.2 a data da emissão;

8.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5 o valor a pagar; e

8.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

~~8.10.7. Para os itens (1, 2, 3 e 4) adquiridos com recursos de transferência estadual, a indicação expressa no corpo da nota fiscal ou no campo de observações do número do Convênio SEAB/PR nº 23.790.881-3.~~

8.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



8.13 A Administração deverá realizar consulta:

8.13.1 Ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.13.2 Aos cadastros abaixo elencados, para identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

c) Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016

d) Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR

8.13.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.14 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



8.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do Decreto Municipal nº 11.985/2024.

8.19 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, incidirá correção monetária desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo. Ainda, fica convencionado que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de



documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9. SELEÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE FORNECIMENTO**

**9.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

**9.2** O fornecimento do objeto será integral

## **10. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.1** Para fins de habilitação jurídica deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme respectivo enquadramento:

10.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18/2020.

10.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



10.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

~~10.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf — DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880/2021.~~

~~10.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS — CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971/2009 (arts. 17 a 19 e 165).~~

10.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **11. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

11.1 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista deverão ser apresentados os documentos abaixo:

11.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.1.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente;

11.1.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão expedida pelo Município, do domicílio ou sede do proponente;

11.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

11.1.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



11.1.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.2 Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

12.1 Para fins de habilitação econômico-financeira deverão ser apresentados os documentos abaixo:

12.1.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

12.1.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

~~12.1.3 As empresas criadas no exercício financeiro da apresentação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.~~

~~12.1.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;~~

~~12.1.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.~~

## **13. DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS COOPERATIVAS**

13.1 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

13.1.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados





na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971;

13.1.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.1.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

13.1.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/1971, art. 107;

13.1.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.1.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.1.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 14. ESTIMATIVA DE VALOR

14.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.726.593,30 (cinco milhões setecentos e vinte e seis mil quinhentos e noventa e três reais e trinta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 do Termo de Referência.

14.2 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

14.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;





14.2.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.2.3.Na hipótese de previsão de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

14.2.3.2.No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.3 Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/12/2025

14.3.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do adjudicatário e/ou contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.3.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.3.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.3.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.3.7 O reajuste será realizado por apostilamento”.

## 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Dotação	Saldo
Infraestrutura	15.001	540	1000	4.4.90.52.00.00	R\$ 53.000,00
			609		R\$ 5.365.000,00





15.2.1 A distribuição se dará da seguinte forma:

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Piraquara, 26 de maio de 2026.

**Tiago Alves**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

## **ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**Processo Administrativo nº 53.151/2025**

**Pregão 09/2026**

### **1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- 1.1.** O presente documento, denominado Estudo Técnico Preliminar-ETP, integra a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, nos termos do art. 6, inciso XX, da Lei Federal nº 14.133/2021. Seu objetivo é estudar detalhadamente a necessidade identificada, caracterizando o interesse público envolvido na demanda, abordando todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação, a fim de embasar o Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.
- 1.2.** A estrutura deste documento segue o modelo disponibilizado pelo Poder Executivo Federal para uso dos municípios, e se encontra disponível no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, de modo que foi adaptando considerando as peculiaridades da necessidade identificada.

### **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O Município de Piraquara possui características singulares em relação aos demais municípios na Região Metropolitana de Curitiba e no panorama do Estado do Paraná. Trata-se de território com 97% de área de preservação ambiental com grande concentração de vegetação e recursos hídricos. Terra dos Mananciais, nascentes do Rio Iguaçu, através de suas barragens, abastece mais de 70% da Cidade de Curitiba. Tem um clima temperado (CFB) – morno e úmido no verão e ameno com céu parcialmente encoberto no inverno, com chuvas durante o ano inteiro. Com população estimada de 127.433<sup>1</sup> habitantes, em virtude de suas riquezas naturais, seu território de 224 Km<sup>2</sup> é composto de grandes extensões rurais, possuindo aproximadamente 100 km de estradas de chão, margeado em sua área urbana por diversos rios, córregos e fundos de vale. Apesar das riquezas e belezas naturais, em sua área urbana, divide-se em diversos bairros e apresenta situação de uso e ocupação desconforme em faixas de app, fundos de vale e zonas de restrição a ocupação.

Diante da vocação desta municipalidade, na área rural, com a manutenção da cultura e da atividade agrícola – plantações de batata doce, cevada, feijão, mandioca, milho, soja, tomate e trigo, além da

<sup>1</sup> Fonte: IBGE - Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/piraquara/panorama>; Acesso em: 07/10/2025



produção de leite e produtos derivados da pecuária, suas estradas concentram grande fluxo de mobilidade, são centenas de veículos trafegando diariamente para os mais diversos destinos inseridos neste ecossistema, fator de grande relevância para a atuação contínua da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos – SMISU na promoção de atividades de conservação e manutenção viária Rural. Na área Urbana, diversas situações e demandas oriundas do uso urbano coletivo, disposição de resíduos de maneira irregular, despejos, geração de RCCs com baldeamento em áreas de preservação, proteção e terrenos baldios, além da demanda natural e programada de manutenção, limpeza e conservação através da provocação de usuários e munícipes por meio do Sistema de Protocolos e Requerimentos<sup>2</sup>. Além da divisão regional das áreas urbana/rural, em virtude do clima e da precipitação de chuvas frequentes, com maiores volumes e intensidades nos meses de novembro, dezembro e janeiro, com o intuito de evitar o assoreamento e a ocorrência de enchentes, o município demanda a manutenção, limpeza e conservação também dos fundos de vale, córregos, valas e rios existentes em diversas regiões da cidade.

Para que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos - SMISU possa garantir a qualidade do sistema viário, da mobilidade urbana e rural, do atendimento dos cronogramas de limpeza e conservação e da manutenção dos fundos de vale e cursos hídricos, atividades de responsabilidade da pasta, é indispensável a disponibilidade e uso de equipamentos e maquinários pesados. Apesar da SMISU dispor de servidores com ampla experiência na execução de atividades de serviços e manutenção desta natureza (Limpeza de espaços públicos, recolha de resíduos depositados irregularmente, conservação urbana, catação, patrolamento, ensaibramento, movimentação de solo, abertura de “bigodes” e canais de escoamento de água pluvial, limpeza de fundos de vale, desassoreamento de leitos, cursos hídricos, córregos, rios e remoção de obstáculos e atendimento de emergências), a condição de trabalho é fator primordial que impacta diretamente no êxito da atividade a ser desenvolvida. E essa condição passa pelo Parque de Máquinas e Equipamentos do Município, pela disponibilidade de equipamentos em pleno funcionamento e em condições de uso.

Ao consultarmos o relatório de frotas, identificamos que os veículos e equipamentos que compõem o Parque de Máquinas possuem fabricação entre os anos de 1979 e 2018. Os veículos pesados, além de quantidades insuficientes, datam de 1995 à 2018 – temos: 03 caminhões basculante 6x4 (1998, 2016, 2018), 01 escavadeira hidráulica (2012), 07

<sup>2</sup> Disponível em: <https://atendimento.piraquara.pr.gov.br/b.php?pg=o/wp>; Acesso em: 07/10/2025.



retroescavadeiras (2002, 2012, 2017, 2018), 03 motoniveladoras (1999, 2010) e 01 rolo compactador (2011), sem falar da indisponibilidade de equipamentos que não temos na frota municipal, como é o caso dos equipamentos de maior especificidade para uso em ações específicas – caso do equipamento long reach (escavadeira de longo alcance), a mini escavadeira (escavadeira de trabalho cirúrgico e de pequeno espaço para intervenção), o Caminhão Poliguindaste e as Caçambas estacionárias para o recolhimento adequado dos Resíduos oriundos da Construção Civil - RCCs. Os equipamentos existentes contam com muitas horas de uso e não são suficientes para fazer frente ao cronograma mensal de demandas e atividades da secretaria. Devido ao volume e a natureza do trabalho demandado, frequentemente estes equipamentos baixam e faz-se necessário encaminha-los para manutenções corretivas, causando atrasos significativos na execução das atividades e transtornos internos e externos. Muito em breve, muitos destes equipamentos serão destinados a leilão por não serem mais vantajosos ao uso público. O custo de manutenção, conservação e substituição de peças onera a administração a cada dia.

Por tratar-se de atividades que impactam também na vida de diversos munícipes, muito além do atraso no cronograma de obras de infraestrutura e no orçamento público, temos o impacto na vida dos contribuintes, que por vezes danificam seus veículos e incidem em prejuízos por más condições de uso e trafegabilidade das estradas e ou incidência de outras situações correlatas aos trabalhos fim da municipalidade.

Ao avaliarmos o fluxo de demandas e atividades da SMISU, identificamos que se faz necessário ampliar a capacidade operacional da pasta, garantir maior qualidade aos trabalhos e menor custo para a operação. Para que possamos sanear e absorver demandas, é necessário que a estrutura mínima de equipamentos e máquinas pesadas que fazem parte da frota sejam de veículos novos, utilizáveis, confiáveis e em plenas condições de uso. Além destes requisitos, para uma logística de trabalho adequada, a estrutura da frente de trabalho (Equipe) precisa dispor de composição mínima de máquinas, veículos e equipamentos.

Levando em conta que o município não possui condições financeiras para consignar e integralizar a substituição integral e o incremento da frota de máquinas e equipamentos pesados em virtude do alto custo, diante do planejamento e gerenciamento da Secretaria identificamos que, de maneira mais urgente, de imediato, o Município necessita adquirir mais 02 Caminhões basculantes 6x4 (trucado), 01 Escavadeira hidráulica de porte padrão, 01 Escavadeira de longo alcance - “Long Reach” (braço longo), 01 mini escavadeira, 03 Retroescavadeiras, 01 Rolo compactador, Após o levantamento dos equipamentos, em tratativas com o Gabinete do Prefeito



e a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, cogitou-se a possibilidade de buscar recursos financeiros através de convênios com o Governo do Estado do Paraná e com o Governo Federal para a aquisição dos maquinários, possibilidade que fora consolidada através de iniciativa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal que formalizou junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB um convênio com destinação de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais); junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MDR de R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), valores estes para aquisição de parte dos equipamentos, sendo a outra parte, custeada por meio de contrapartida e de orçamento próprio do Município.

Assim, com a autorização da Gestão Municipal, com os recursos viabilizados, através da aquisição destes equipamentos, de maneira imediata, a SMISU poderá ampliar a resposta de manutenção e conservação das vias e garantir maior assertividade no cronograma de trabalho e ações de competência da Municipalidade, melhorando a qualidade de vida e a realidade da população Piraquarense.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	Tiago Alves, Secretário.

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Os equipamentos vislumbrados na presente aquisição devem ser novos, com fabricação a partir do segundo semestre de 2024 e ou superior, 0 (zero) horas de uso, 0 (zero) KM, contemplando garantias originais de fábrica e todos os opcionais mínimos necessários ao seu perfeito funcionamento;
- 4.2 Serão considerados “0 (zero) horas”, os maquinários cujo horímetro não estejam com hora superior a 20 (vinte) horas no ato da entrega
- 4.3 Serão considerados “0 KM (zero quilômetros)”, os veículos cujo hodômetros não estejam com quilometragem superior a 50 KM (cinquenta quilômetros) no ato da entrega.
- 4.4 Os equipamentos e maquinários deverão ser entregues no Pátio de Máquinas e Equipamentos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, localizado na Rua Papa Paulo VI, n.º 126, Vila Chane, Piraquara/PR em até ~~150 (cento e cinquenta)~~ 180 (cento e oitenta) dias do recebimento da ordem de compra e deverão ser





transportados em veículos específicos e compatíveis com a especificidade do equipamento (guinchos, pranchas, etc).

- 4.5 Concomitante a entrega, o Fornecedor deverá realizar a entrega técnica, ocasião em que deverá apresentar todas as informações sobre os recursos e funcionalidades que o equipamento oferece, instruções acerca de uso e manutenção preventiva, prazos recomendados para a troca de óleo e filtros e sobre as garantias dos equipamentos.
- 4.6 Deverá o Fornecedor, ofertar treinamento *in loco* para operação e manutenção preventiva aos servidores indicados pela Municipalidade sem custo adicional.
- 4.7 O prazo de garantia dos veículos e equipamentos deverá ser aquele previsto nas folhas de dados de cada item, contado a partir da efetiva entrega dos bens à Municipalidade, mesmo que os descritivos ou folhas de dados estabeleçam uma data inicial anterior, sendo os prazos assim definidos em razão das condições verificadas como regularmente ofertadas no mercado, não se excluindo eventual prazo superior disponibilizado pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1 **Definição e Fundamentação Legal:** O presente tópico cumpre o disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que o Estudo Técnico Preliminar deve conter o "levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar". Doutrinariamente, esta etapa do planejamento destina-se à prospecção de diferentes cenários capazes de atender à necessidade da Administração Pública (ex: comparar a viabilidade entre comprar, alugar, reformar bens existentes ou contratar serviços continuados). O objetivo precípua é demonstrar, sob a ótica da eficiência e economicidade, qual modelagem de contratação é a mais vantajosa para o erário.
- 5.2 **Análise do Caso Concreto e Vinculação de Recursos:** No contexto desta contratação específica, a fase de análise comparativa entre diferentes tipos de solução (como, por exemplo, a ponderação entre locação versus aquisição) resta prejudicada e tecnicamente superada pela natureza da origem dos recursos orçamentários e a finalidade que se pretende. A discricionariedade administrativa para a escolha da





solução encontra-se limitada, neste caso, pela estrita vinculação aos instrumentos de repasse firmados, os quais já definem o objeto do gasto como "aquisição de bens". O financiamento desta demanda decorre da celebração de convênios e termos de repasse específicos, cujos planos de trabalho aprovados preveem expressamente a compra do maquinário, conforme detalhamento das fontes garantidoras abaixo: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB): Convênio com destinação de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais); ~~Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR): Repasse no valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).~~

**5.3 Conclusão e Definição da Solução:** Considerando que os recursos supracitados são oriundos de transferências voluntárias com objeto determinado (princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao termo de convênio), qualquer tentativa de alteração da modelagem para outra solução que não a aquisição patrimonial (como, por exemplo, a locação de horas-máquina) ensejaria desvio de finalidade e o consequente descumprimento dos Planos de Trabalho aprovados pelos órgãos concedentes (SEAB ~~e MDR~~).

Diante desse contexto, o levantamento de mercado, entendido como etapa de comparação e escolha entre diferentes soluções possíveis, mostra-se inaplicável ao caso concreto, pois a solução (aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos pesados) já se encontra previamente definida e vinculada pelos termos de convênio que lastreiam a contratação, constituindo a única solução possível de ser adotada pela Administração com uso dessas verbas.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1 Nos termos carreados no item 5 do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução mais adequada ao atendimento da necessidade é a **Aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos destinados às ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas urbanas, rurais e hídricas do Município de Piraquara** através de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

### **6.2 DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:**

6.2.1 **CAMINHÃO BASCULANTE 6X4:** CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4, Potência mínima de 280 CV; motor diesel, atendimento a Resolução CONAMA 490/2018, (Proconve P8, equivalente ao Euro VI) câmbio manual, automático ou automatizado de no mínimo 9 (nove) marchas/velocidade a



frente e 1 (uma) a ré, cor branca (caminhão e caçamba), **CARACTERÍSTICAS GERAIS:** novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor, na data do recebimento da ordem de compra (ou modelo de ano superior), cor branca (caminhão e caçamba), capacidade da caçamba 10,0m<sup>3</sup>, aço estrutural de alta resistência como SAE 1020 – ASTM A-36 OU SAC-350, **SISTEMA HIDRÁULICO** de acionamento indireto com 02 (dois) pistões, **GARANTIA:** de 24 (vinte e quatro) meses (caminhão e caçamba), todas as **REVISÕES** por igual período, com insumos, logística e mão de obra às expensas da CONTRATADA sem limite de quilometragem; **PNEUS:** mínimo 295/80 R22.5 de uso misto. **CAPACIDADE:** Peso bruto total (PBT) homologado de 23.000 kg.

- 6.2.2 **ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINI – PORTE I:** ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, última série de produção, nova, zero hora, ~~registrada no RENAGRO~~, admissível fabricação a partir do segundo semestre de 2024 ou superior, com PESO OPERACIONAL mínimo de 4.550 kg e máximo de 5600. kg, **Motor** diesel, turbo alimentado de 3 a 4 cilindros, com potência de no mínimo 45 hp, atendendo às normas de emissões (CONAMA, PROCONVE MAR-I ou Tier III), com **Transmissão:** hidrostática, com deslocamento por duas velocidades (baixa e alta). **Sistema hidráulico:** bomba de pistão axial de deslocamento variável, com potência hidráulica compatível para escavação e operação de implementos auxiliares, **FORÇA DE ESCAVAÇÃO NA CAÇAMBA** mínima de 4.000 kgf, **FORÇA DE ESCAVAÇÃO NO BRAÇO** mínima de 2.900 kgf, **Profundidade máxima de escavação de no** mínimo 3.800 mm, altura máxima de descarga de no mínimo 5.800 mm, com **CAÇAMBA** DE USO GERAL com capacidade de 0,10 a 0,25 m<sup>3</sup>, equipada com dentes, **ESTEIRAS:** METÁLICAS OU COM BORRACHAS com largura mínima de 400 mm, com 1 rolete superior e 4 ou 5 roletes inferiores por lado, **Sistema elétrico de** 12 V, **CABINE FECHADA**, certificada ROPS/FOPS, equipada com ar-condicionado, assento ergonômico, alavancas piloto de fácil operação e visor multifuncional com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, cinto de segurança, câmera de ré de fábrica ou opcional homologada, Rádio com USB e Lâmina frontal (dozer blade) de acionamento hidráulico. O equipamento deve ser “ZERO TAIL-SWING”



6.2.3 **ESCAVADEIRA HIDRAULICA PORTE II:** ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, última série, nova, zero hora, ~~registro no RENAGRO~~, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida mínima de 110 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I, TIER II), TRANSMISSÃO Hidrostática, força de tração na barra 15.800 kgf/m, número de velocidade 02 (duas) a frente e 02 (duas) a ré; sistema hidráulico bomba do tipo pistão fluxo variável, capacidade da caçamba mínimo 0,80 m³, força de desagregação na caçamba de no mínimo 11.000 kgf, força de desagregação no braço de no mínimo 9.100 kgf, velocidade de giro mínimo de 8,5 rpm, esteira com sapatas largura mínima 600 mm, número de roletes superiores mínimo de 02 (dois) e roletes inferiores mínimo de 07 (sete) de cada lado, **PESO OPERACIONAL de 17.000 kg até 23.500 kg**, largura mínima das sapatas da esteira 600mm, sistema elétrico de 24 V, direção hidrostática, cabine fechada com ar condicionado e certificação ROPS/FOPS, com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, câmera de ré de fábrica, rádio com USB.

6.2.4 **ESCAVADEIRA HIDRAULICA “LONG REACH” – PORTE III:** ESCAVADEIRA HIDRÁULICA LONG REACH, última série, nova, zero hora, ~~registro no RENAGRO~~, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida mínima de 155 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I, TIER III), TRANSMISSÃO hidrostática, força de tração na barra de no mínimo 21.000 kgf/m, número de velocidade 02 (duas) a frente e 02 (duas) a ré com aceleração elétrica; sistema hidráulico, bomba do tipo pistão axial de deslocamento variável, força de desagregação na caçamba de no mínimo 8.500 kgf, força de desagregação no braço de no mínimo 5.000 kgf, velocidade de giro mínimo de 11,4 rpm, **PESO OPERACIONAL MÍNIMO de 23.000 kg, MÁXIMO de 27.000 kg**, com **LANÇA DE LONGO ALCANCE** de no mínimo 8.300 mm e **BRAÇO DE LONGO ALCANCE** de no mínimo 7.100 mm, **CAÇAMBA DE LONGO ALCANCE** com capacidade de 0,52 m³ com comprimento de 1.600 mm e altura de 980 mm, esteiras com sapatas de garras triplas com largura de 800 mm, número de roletes transportadores em cada lateral 02 (dois) e roletes de esteira em



cada lateral 09 (nove), sistema elétrico de 24 V, direção hidrostática, cabine fechada com ar condicionado e certificação ROPS/FOPS, com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, câmera de ré de fábrica, rádio com USB.

6.2.5 **RETROESCAVADEIRA 4x4:** RETROESCAVADEIRA 4X4, última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 85 HP, motor diesel que atenda ao controle de emissão de poluentes (PROCONVE MAR-I -CONAMA), transmissão tipo *PowerShuttle*, admissível tipo: *Synchro Shuttle* e *Powershift*, número mínimo de marcha 4(quatro) a frente e 2 (duas) a ré; sistema de acoplamento conversor de torque, freio multidisco em banho de óleo, sistema hidráulico bomba tipo engrenagem ou pistão/fluxo variável, **ESCAVADEIRA DA RETRO** capacidade da caçamba mínimo de 30" (trinta polegadas), profundidade mínima de escavação 4.200 mm, altura de carga mínima 3.100mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.900 kgf, força de desagregação no braço mínimo de 3.000 kgf/m, **CARREGADEIRA FRONTAL** capacidade da caçamba mínimo de 0,76 m<sup>3</sup>, cilindros de elevação mínimo de 2 (dois) e de tombamento mínimo de 1 (um) altura de descarga mínimo de 2.570 mm, altura total de articulação, mínimo 3.290mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.000 kgf, carga operacional mínimo de 2.500 kg, PNEUS dianteiros mínimo 12x16,5 e traseiros mínimo 17,5x25, **PESO OPERACIONAL de 7.100 Kg até 7.900kg**, sistema elétrico 12 V, eixos tipo redução planetária ou coroa e pinhão central, direção hidrostática, cabine fechada com sistema de ar-condicionado e certificação ROPS/FOPS.

6.2.6 **ROLO COMPACTADOR:** ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO COM KIT PÉ DE CARNEIRO, última série, novo, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 110 HP, que atenda ao controle de poluentes - CONAMA, PROCONVE, MARI, TIER III) transmissão tipo hidrostático, número mínimo de 2 (duas) velocidades a frente e 2 (duas) a ré; freio hidrostático, PNEUS tipo balão 23,1X26/RP10, peso operacional de 10.500 kg até 13.000 kg, sistema elétrico de 24 V, direção hidráulica ou hidrostática, manobrabilidade



articulado, CABINE FECHADA com sistema de ar-condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, oscilação de no mínimo 09º para cada lado e articulação de no mínimo 33º para cada lado, compactação/vibração - sistema de vibrações de alta e baixa amplitude, frequência de vibrações de no mínimo 1.800 vpm ou 30,0 Hz, amplitude alta mínimo de 1,8mm e baixa de no mínimo 0,8mm, força centrífuga em alta amplitude, mínimo de 230 kN e de baixa amplitude mínimo de 120 kN, 1 (um) cilindro com capa pé de carneiro, diâmetro mínimo do cilindro Ø 1.500mm e largura mínima de 2.130mm, tração no tambor com capacidade teórica de subir em rampa com vibração de 45%.

~~6.2.7 **TRATOR DE ESTEIRA:** TRATOR DE ESTEIRA, última série, novo, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, na cor predominante amarela, peso operacional de no mínimo 14.000 kg, cabine fechada com proteção ROPS/FOPS, ar condicionado quente e frio, assento do operador com suspensão a ar, com apoio para os pés e braços e cinto de segurança, equipado com motor a diesel marca correspondente, 06 cilindros, aspiração: turbo alimentado, potência mínima de 118 HP, tanque de combustível de no mínimo 227 litros, que atenda aos padrões de emissões vigentes TIER 3 do EPA dos EUA, Estágio III A da UE e MAR-1 do Brasil, comprimento total do equipamento aprroximado de 4.618 mm, largura do equipamento aproximado a 2.330 mm, altura, até o topo da cabine, de no mínimo 2.900 mm, comprimento da lâmina igual a 3.196 mm, lâmina com inclinação e ângulo variável e capacidade SAE igual a 3.3 m³, material rodante com no mínimo 07 roletes inferiores em cada lado, número de sapatas em cada lado igual a 40, alarme sonoro de deslocamento a ré, equipado com RIPPER/ESCARIFICADOR com 03 dentes e com todos os itens de série para o modelo, conforme catálogo comercial do produto e com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.~~

## 7. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

Declaramos que os serviços a serem adquiridos, por intermédio da licitação a ser instaurada oportunamente por esta municipalidade, enquadram-se plenamente na categoria de comum tendo em vista possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de modo objetivo no instrumento convocatório, por meio das especificações usuais e comumente utilizadas no mercado.



## **8. DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO OU CONTRATAÇÃO DIRETA**

A modalidade a ser adotada para os itens a licitar será o **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo em vista se tratar de aquisição de bens comum, nos termos do item 7.

## **9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento a ser adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## **10. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo de vigência do Contrato decorrente deste processo será de 08 (oito) meses a contar da data de sua assinatura.

Solicitada a entrega dos itens contidos no respectivo Contrato, o Fornecedor deverá entrega-los em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de recebimento da ordem de compra.

## **11. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

11.1 O(s) Fornecedor(es) deverá(ão) entregar o(os) equipamento(s) com tanque cheio; licenciado e emplacado (nos casos em que se apliquem).

11.2 O Fornecedor é responsável por todas as despesas por danos e ou avarias do equipamento até a efetiva entrega na sede da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos do Município de Piraquara/PR.

11.3 O Fornecedor fará a entrega técnica do equipamento e ministrará treinamento de operação aos servidores indicados pela Administração Municipal a ser realizado sem custos adicionais para o Município, com o fornecimento de Certificado as participantes.

11.4 A GARANTIA de fábrica de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses ou 2.000h (o que ocorrer primeiro) começará a contar da data de recebimento dos equipamentos pelo Município de Piraquara.

A exigência de garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses está alinhada às práticas usuais de mercado para veículos e máquinas pesadas novos, sendo prazo comumente ofertado por fabricantes do segmento. Considerando a natureza do objeto — caminhões e equipamentos destinados a atividades contínuas e de alta exigência operacional, como manutenção viária, movimentação de solo,





desassoreamento e serviços urbanos — a garantia estendida assegura maior confiabilidade, redução de riscos de paralisação e proteção ao erário contra custos prematuros com manutenção corretiva decorrentes de vícios de fabricação ou falhas mecânicas.

Além disso, o prazo contribui para garantir a plena operacionalidade dos equipamentos no período inicial de uso, fase em que eventuais defeitos de fabricação tendem a se manifestar, preservando a continuidade dos serviços públicos essenciais executados pela municipalidade.

11.5 Durante o período de Garantia, todas as REVISÕES de manutenção preventiva, incluindo insumos e substituições de peças que estejam com defeito de fábrica (e não de mau uso) serão de responsabilidade do Fornecedor.

11.6 **No ato da entrega**, os equipamentos entregues serão submetidos à vistoria pela fiscalização designada pela administração pública.

11.7 Os equipamentos deverão atender integralmente as especificações técnicas e operacionais estabelecidas no TR, Edital e no Contrato.

## 12. INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Dotação	Saldo
Infraestrutura	15.001	540	1000	4.4.90.52.00.00	R\$ 53.000,00
			609		R\$ 5.365.000,00

A aquisição das máquinas e equipamentos previstos neste processo será custeada, em sua maior parte, com recursos provenientes dos convênios firmados entre o Município de Piraquara e os respectivos entes concedentes. Contudo, destaca-se que, conforme as regras desses instrumentos, os recursos financeiros somente são disponibilizados ao Município após a formalização do contrato decorrente do procedimento licitatório.

Dessa forma, as dotações orçamentárias específicas provenientes dos convênios serão apostiladas em momento oportuno, tão logo ocorra a assinatura do contrato e seja possível a efetiva liberação dos recursos pelos órgãos concedentes. Tal medida assegura o correto registro contábil e o adequado fluxo financeiro, preservando a conformidade com as normas de execução orçamentária e financeira.







Ressalta-se ainda que a dotação atualmente indicada no processo contempla os valores destinados à contrapartida municipal exigida pelos convênios, bem como os recursos necessários para o pagamento dos equipamentos cuja aquisição ocorrerá exclusivamente com verba própria da Prefeitura. Assim, garante-se a devida previsão orçamentária para todas as fontes de custeio envolvidas, assegurando regularidade fiscal e pleno atendimento às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

### 13. ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS

Os quantitativos a serem adquiridos foram definidos por meio de análise técnica das demandas existentes na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos – SMISU, da necessidade de equipamentos e da disponibilidade orçamentária/possibilidade da Administração Municipal à aquisição de novos equipamentos. A partir destes fatores, bem como considerando os valores disponibilizados pelos convênios firmados, foram estabelecidos os quantitativos necessários para a presente aquisição.

ITEM	OBJETO	QTD.
1	CAMINHÃO BASCULANTE 6X4	2
2	ESCAVADEIRA HIDRAULICA MINI – PORTE I	1
3	ESCAVADEIRA HIDRAULICA PORTE II	1
4	ESCAVADEIRA HIDRAULICA “LONG REACH” – PORTE III	1
5	RETROESCAVADEIRA 4x4	3
6	ROLO COMPACTADOR	1
<del>7</del>	<del>TRATOR DE ESTEIRA</del>	<del>4</del>

### 14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor desta contratação levou em consideração o valor dos equipamentos vigentes nas atas de registro de preços pesquisadas, e os orçamentos recebidos por fornecedores. Segue em anexo a pesquisa de preço para a realização da estimativa.

Sendo assim o valor estimado para o processo será de **R\$ 5.726.593,30 (cinco milhões setecentos e vinte e seis mil e quinhentos e noventa e três reais e trinta centavos).**

### 15. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

15.1 A licitação será realizada de forma **parcelada por itens**, em conformidade com o inciso V **art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, que permite a



divisão do objeto com o objetivo de ampliar a competitividade e garantir a contratação mais vantajosa para a Administração.

## **16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

16.1 Referente a contratações correlatas informamos que não há instrução de processos licitatórios para aquisição de objetos desta natureza desde o ano de 2012, bem como, não há contratações interdependentes.

## **17. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

17.1 Esta contratação alinha-se ao Plano anual de contratação de 2025 conforme dados abaixo:

DFD	ID PCA no PNCP	Data de publicação no PNCP:	Id do item no PCA	Classe/ Grupo:	Identificador da futura aquisição:
523	01/2026	12/05/2025	8306,8307,8308,83 09,8310,8311,8312	2320,3810, 3805,3895,2410	383/2026

17.2 O presente processo terá sua fiscalização e gestão realizada pela Secretaria de Infraestrutura, conforme designação indicada abaixo:

FUNÇÃO	RESPONSÁVEL	SECRETARIA	MATRÍCULA
Gestor Titular	Eduardo Batista Vital	SMISU	777711
Gestor Substituto	Dayane Cristina Borba Lima	SMISU	747991
Fiscal Titular	Paulo Cesar Scarante Junior	SMISU	593821
Fiscal Substituto	Eliseu Araújo de Moura	SMISU	537831

17.3 Destaca-se ainda que o princípio da segregação de função foi rigorosamente observado, uma vez que os servidores responsáveis pela instrução do processo são distintos daqueles que atuarão como gestor, fiscal e agente de contratação/pregoeiro, conforme estabelecido no art. 3º e parágrafos do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

## **18. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

18.1 Com a aquisição dos equipamentos em comento, a SMISU poderá ampliar a resposta de manutenção e conservação das vias e garantir maior assertividade no cronograma de trabalho e ações de



competência da Municipalidade, melhorando a qualidade de vida e a realidade da população Piraquarense nos mais diversos bairros e regiões da cidade.

18.2 Os principais benefícios a serem alcançados com essa contratação incluem:

18.2.1 **AGILIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** A disponibilização de máquinas modernas e operacionais permitirá a realização dos serviços de forma mais ágil, eliminando os atrasos causados pelo uso de equipamentos antigos e frequentemente inoperantes. Isso garantirá a execução das atividades dentro dos prazos planejados, reduzindo impactos negativos à população;

18.2.2 **REDUÇÃO DE CUSTOS COM MANUTENÇÕES CORRETIVAS:** O uso de equipamentos novos, acompanhados de manutenção preventiva e garantia de 24 (vinte e quatro) meses, diminuirá os custos de manutenção de frotas do município, visto que os equipamentos existentes no Parque de Máquinas requerem reparos constantes de maquinário próprio, que frequentemente apresenta problemas devido à idade avançada.

18.2.3 **QUALIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:** A utilização de máquinas e equipamentos adequados para cada atividade proporcionará maior precisão e eficiência, resultando em serviços de melhor qualidade, como obras viárias, desassoreamento de córregos, manutenção de galerias pluviais e demais intervenções.

18.2.4 **ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS DEMANDAS:** A aquisição dos equipamentos viabilizará o atendimento simultâneo de diferentes regiões e atividades, mitigando gargalos operacionais e assegurando que nenhuma área do município seja negligenciada em termos de infraestrutura e serviços essenciais.

18.2.5 **OTIMIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS PÚBLICOS:** Com a redução de custos de manutenção e a execução mais eficiente das atividades, o município poderá direcionar recursos para outras áreas prioritárias, promovendo uma gestão mais equilibrada e sustentável.

18.2.6 **CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA:** A manutenção e ampliação de vias, galerias e áreas públicas serão realizadas com maior regularidade e eficiência, preservando o patrimônio público e



melhorando as condições de infraestrutura para a população e os visitantes.

**18.2.7 PREVENÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS E DE SEGURANÇA:** A execução de atividades como o desassoreamento de córregos, limpeza de valas e manutenção de áreas verdes contribuirá para a prevenção de alagamentos e outros problemas ambientais, além de melhorar a segurança em vias públicas.

**18.2.8 FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL E URBANA:** A aquisição dos equipamentos permitirá atender às exigências ambientais e urbanísticas com maior eficiência, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento ordenado do município.

18.3 Portanto, essa contratação não apenas solucionará as limitações estruturais e operacionais atualmente enfrentadas pelo município, mas também proporcionará uma gestão mais eficaz e orientada a resultados, garantindo melhorias diretas e perceptíveis na qualidade de vida da população de Piraquara.

## **19. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

19.1 Identificar e quantificar as demandas específicas de cada região e atividade do município, garantindo que os equipamentos a serem adquiridos atendam de forma eficaz às necessidades locais.

19.2 Readequar e ampliar o cronograma de atividades previstas para as frentes de trabalho, empregando o uso dos equipamentos de maneira organizada e adequada às necessidades.

19.3 Garantir uma previsão orçamentária suficiente para suportar os custos da contratação, inclusive reajustes previstos na lei.

19.4 Promover a capacitação dos servidores responsáveis pela operação dos equipamentos, da gestão e fiscalização do contrato, garantindo que possuam conhecimento técnico e legal para executar suas funções.

19.5 Cumprir todas as determinações legais necessárias à aquisição, bem como a divulgação e transparência dos atos junto ao Portal da Transparência e Diário Oficial dos Municípios.

19.6 A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos (SMISU) declara possuir em seu quadro de pessoal servidores efetivos devidamente habilitados para a operação imediata de todos os equipamentos previstos neste estudo, garantindo a pronta utilização do patrimônio público.

## **20. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

20.1 O uso dos equipamentos a serem adquiridos podem gerar alguns impactos ambientais, especialmente devido à natureza das atividades para as quais serão empregados, contudo, justamente por tais questões é que a Administração requer que todos os equipamentos atendam as regulamentações de prevenção ambientais e sejam aprovados nos padrões de qualidade a que se sujeitam. Desta forma, com a adoção de boas práticas, esses impactos podem ser minimizados ou eliminados. Nesse sentido, carreamos possíveis impactos ambientais e as soluções cabíveis:

### **20.1.1 POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA:**

#### **20.1.1.1 Impacto:**

A emissão de gases poluentes e partículas decorrentes do funcionamento de máquinas e equipamentos pesados podem contribuir para a manipulação da qualidade do ar e para o aumento do efeito estufa.

#### **20.1.1.2 Solução:**

Realizar manutenções preventivas regulares, garantidas no contrato, para garantir o funcionamento eficiente dos motores e reduzir emissões.

Incentivar o uso de combustíveis menos poluentes, como biodiesel ou misturas com menor impacto ambiental.

### **20.1.2 CONTAMINAÇÃO DO SOLO E DAS ÁGUAS:**

#### **20.1.2.1 Impacto:**

A emissão de gases poluentes e partículas decorrentes do funcionamento de máquinas e equipamentos pesados podem contribuir para a manipulação da qualidade do ar e para o aumento do efeito estufa.

#### **20.1.2.2 Solução:**

Realizar manutenções preventivas regulares, garantidas no contrato, para garantir o funcionamento eficiente dos motores e reduzir emissões.

#### **20.1.2.3 Impacto:**

O vazamento de óleo, combustível e outros fluidos das

máquinas pode contaminar o solo e os recursos hídricos próximos às áreas de trabalho.

**20.1.2.4 Solução:**

Certificar-se de que as máquinas contratadas sejam operadas regularmente para evitar vazamentos.

Realizar as manutenções em locais adequados, com sistemas de controle de resíduos oleosos, evitando que esses fluidos sejam descartados de maneira inconveniente.

**20.1.3 COMPACTAÇÃO EXCESSIVA DO SOLO**

**20.1.3.1 Impacto:**

O uso frequente de máquinas pesadas pode causar compactação excessiva do solo, diminuindo sua porosidade e capacidade de infiltração de água, o que pode levar a problemas como erosão e alagamentos.

**20.1.2.2 Solução:**

Restringir o uso de equipamentos pesados às áreas permitidas, evitando a circulação em áreas adjacentes ou preservação de preservação.

Adotar técnicas de recuperação do solo, como aeração e cobertura vegetal, após a execução das atividades.

Monitorar as áreas impactadas para intervenções corretivas imediatas, caso necessário.

**20.1.4 GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**20.1.4.1 Impacto:**

A realização de atividades como limpeza de valas e desassoreamento de córregos, pode gerar resíduos sólidos, como sedimentos e lixo urbano.

**20.1.4.2 Solução:**

Implementar planos de gestão de resíduos para cada atividade, incluindo triagem e transporte para locais licenciados.

Monitorar a execução do serviço para garantir o cumprimento das normas ambientais.

#### 20.1.5 ALTERAÇÕES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

##### **20.1.5.1 Impacto:**

Algumas atividades, como limpeza de córregos e movimentações de terra, podem impactar áreas de preservação ou sensibilidade ambiental, alterando habitats naturais.

##### **20.1.5.2 Solução:**

Mapear previamente as áreas de atuação para identificar e proteger locais de sensibilidade ambiental.

Restringir intervenções em áreas autorizadas e previsões em estudos ambientais.

Monitorar os trabalhos em campo com equipes técnicas desenvolvidas para mitigar impactos ao meio ambiente.

#### 20.1.6 RUÍDOS E VIBRAÇÕES

##### **20.1.6.1 Impacto:**

O funcionamento de máquinas pesadas pode gerar ruídos e vibrações, causando desconforto à fauna local e às populações humanas próximas.

##### **20.1.6.1 Solução:**

Restringir a execução dos serviços aos horários regulamentados, evitando períodos noturnos e horários de maior sensibilidade.

Realizar o monitoramento da emissão de ruídos nas áreas de trabalho, garantindo que estejam dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

### **21. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

- 21.1 Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base nas avaliações definições e condições estipuladas e que restam adequadas à necessidade desta Administração conforme esse estudo técnico preliminar.

**Tiago Alves**

Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos



### ANEXO III - MINUTA TERMO DE CONTRATO

*Contrato para fornecimento de caminhões, máquinas e equipamentos destinados às ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas urbanas, rurais e hídricas do Município de Piraquara que celebram a (...) e o Município de Piraquara.*

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.990, Centro – Piraquara-PR – CEP: 83301-010, inscrito no CNPJ/MF 76.105.675/0001-67, neste ato representado por Sr. .... – Prefeito Municipal de Piraquara, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos destinados às ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas urbanas, rurais e hídricas do Município de Piraquara, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	U.M	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>CAMINHÃO BASCULANTE 6X4:</b> CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4, Potência mínima de 280 CV; motor diesel, atendimento a Resolução		un	2	R\$	R\$



	CONAMA 490/2018, (Proconve P8, equivalente ao Euro VI) câmbio manual, automático ou automatizado de no mínimo 9 (nove) marchas/velocidade a frente e 1 (uma) a ré, cor branca (caminhão e caçamba), <b>CARACTERÍSTICAS GERAIS:</b> novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor, na data do recebimento da ordem de compra (ou modelo de ano superior), cor branca (caminhão e caçamba), capacidade da caçamba 10,0m³, aço estrutural de alta resistência como SAE 1020 – ASTM A-36 OU SAC-350, <b>SISTEMA HIDRÁULICO</b> de acionamento indireto com 02 (dois) pistões, <b>GARANTIA:</b> de 24 (vinte e quatro) meses (caminhão e caçamba), todas as <b>REVISÕES</b> por igual período, com insumos, logística e mão de obra às expensas da CONTRATADA sem limite de quilometragem; <b>PNEUS:</b> mínimo 295/80 R22.5 de uso misto. <b>CAPACIDADE:</b> Peso bruto total (PBT) homologado de 23.000 kg				
2	<b>ESCAVADEIRA HIDRAULICA PORTE II:</b> ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, última série, nova, zero hora, <del>registro no RENAGRO</del> , admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida mínima de 110 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I, TIER II), TRANSMISSÃO Hidrostática, força de tração na barra 15.800 kgf/m, número de velocidade 02 (duas) a frente e 02 (duas) a ré; sistema hidráulico bomba do tipo pistão fluxo variável, capacidade da caçamba mínimo 0,80 m³, força de desagregação na caçamba de no mínimo 11.000 kgf, força de desagregação no braço de no mínimo 9.100 kgf,	un	1	R\$	R\$



	velocidade de giro mínimo de 8,5 rpm, esteira com sapatas largura mínima 600 mm, número de roletes superiores mínimo de 02 (dois) e roletes inferiores mínimo de 07 (sete) de cada lado, <b>PESO OPERACIONAL de 17.000 kg até 23.500 kg</b> , largura mínima das sapatas da esteira 600mm, sistema elétrico de 24 V, direção hidrostática, cabine fechada com ar condicionado e certificação ROPS/FOPS, com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, câmera de ré de fábrica, rádio com USB					
3	<b>RETROESCAVADEIRA 4x4:</b> RETROESCAVADEIRA 4X4, última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 85 HP, motor diesel que atenda ao controle de emissão de poluentes (PROCONVE MAR-I -CONAMA), transmissão tipo <i>PowerShuttle</i> , admissível tipo: <i>Synchro Shuttle</i> e <i>Powershift</i> , número mínimo de marcha 4(quatro) a frente e 2 (duas) a ré; sistema de acoplamento conversor de torque, freio multidisco em banho de óleo, sistema hidráulico bomba tipo engrenagem ou pistão/fluxo variável, <b>ESCAVADEIRA DA RETRO</b> capacidade da caçamba mínimo de 30" (trinta polegadas), profundidade mínima de escavação 4.200 mm, altura de carga mínima 3.100mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.900 kgf, força de desagregação no braço mínimo de 3.000 kgf/m, <b>CARREGADEIRA FRONTAL</b> capacidade da caçamba mínimo de 0,76 m³, cilindros de elevação mínimo de 2 (dois) e de tombamento mínimo de 1 (um) altura de descarga mínimo		un	3	R\$	R\$



	de 2.570 mm, altura total de articulação, mínimo 3.290mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.000 kgf, carga operacional mínimo de 2.500 kg, PNEUS dianteiros mínimo 12x16,5 e traseiros mínimo 17,5x25, <b>PESO OPERACIONAL de 7.100 Kg até 7.900kg</b> , sistema elétrico 12 V, eixos tipo redução planetária ou coroa e pinhão central, direção hidrostática, cabine fechada com sistema de ar-condicionado e certificação ROPS/FOPS.					
04	<b>ROLO COMPACTADOR:</b> ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO COM KIT PÉ DE CARNEIRO, última série, novo, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 110 HP, que atenda ao controle de poluentes - CONAMA, PROCONVE, MARI, TIER III) transmissão tipo hidrostático, número mínimo de 2 duas) velocidades a frente e 2 (duas) a ré; freio hidrostático, PNEUS tipo balão 23,1X26/RP10, peso operacional de 10.500 kg até 13.000 kg, sistema elétrico de 24 V, direção hidráulica ou hidrostática, manobrabilidade articulado, CABINE FECHADA com sistema de ar-condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, oscilação de no mínimo 09º para cada lado e articulação de no mínimo 33º para cada lado, compactação/vibração - sistema de vibrações de alta e baixa amplitude, frequência de vibrações de no mínimo 1.800 vpm ou 30,0 Hz, amplitude alta mínimo de 1,8mm e baixa de no mínimo 0,8mm, força centrífuga em alta amplitude, mínimo de 230 kN e de baixa amplitude mínimo de 120 kN,	un	1	R\$	R\$	



	1 (um) cilindro com capa pé de carneiro, diâmetro mínimo do cilindro Ø 1.500mm e largura mínima de 2.130mm, tração no tambor com capacidade teórica de subir em rampa com vibração de 45%					
05	<p><b><u>ESCAVADEIRA</u></b> <b><u>HIDRAULICA MINI – PORTE I:</u></b> <b>ESCAVADEIRA HIDRÁULICA</b>, última série de produção, nova, zero hora, <del>registrada no</del> <b>RENAGRO</b>, admissível fabricação a partir do segundo semestre de 2024 ou superior, com <b>PESO OPERACIONAL</b> mínimo de 4.550 kg e máximo de 5600. kg, <b>Motor</b> diesel, turbo alimentado de 3 a 4 cilindros, com potência de no mínimo 45 hp, atendendo às normas de emissões (CONAMA, PROCONVE MAR-I ou Tier III), com <b>Transmissão:</b> hidrostática, com deslocamento por duas velocidades (baixa e alta). <b>Sistema hidráulico:</b> bomba de pistão axial de deslocamento variável, com potência hidráulica compatível para escavação e operação de implementos auxiliares, <b>FORÇA DE ESCAVAÇÃO NA CAÇAMBA</b> mínima de 4.000 kgf, <b>FORÇA DE ESCAVAÇÃO NO BRAÇO</b> mínima de 2.900 kgf, <b>Profundidade máxima de escavação de no mínimo 3.800 mm, altura máxima de descarga de no mínimo 5.800 mm, com CAÇAMBA DE USO GERAL</b> com capacidade de 0,10 a 0,25 m³, equipada com dentes, <b>ESTEIRAS:</b> METÁLICAS OU COM BORRACHAS com largura mínima de 400 mm, com 1 rolete superior e 4 ou 5 roletes inferiores por lado, <b>Sistema elétrico de 12 V, CABINE FECHADA</b>, certificada ROPS/FOPS, equipada com ar-condicionado, assento ergonômico, alavancas piloto de</p>	un	1	R\$	R\$	



	fácil operação e visor multifuncional com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, cinto de segurança, câmera de ré de fábrica ou opcional homologada, Rádio com USB e Lâmina frontal (dozer blade) de acionamento hidráulico. O equipamento deve ser <b>“ZERO TAIL-SWING”</b>					
06	<b>ESCAVADEIRA HIDRAULICA “LONG REACH” – PORTE III:</b> ESCAVADEIRA HIDRÁULICA LONG REACH, última série, nova, zero hora, <del>registro no RENAGRO</del> , admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida mínima de 155 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I, TIER III), TRANSMISSÃO hidrostática, força de tração na barra de no mínimo 21.000 kgf/m, número de velocidade 02 (duas) a frente e 02 (duas) a ré com aceleração elétrica; sistema hidráulico, bomba do tipo pistão axial de deslocamento variável, força de desagregação na caçamba de no mínimo 8.500 kgf, força de desagregação no braço de no mínimo 5.000 kgf, velocidade de giro mínimo de 11,4 rpm, <b>PESO OPERACIONAL MÍNIMO de 23.000 kg, MÁXIMO de 27.000 kg</b> , com <b>LANÇA DE LONGO ALCANCE</b> de no mínimo 8.300 mm e <b>BRAÇO DE LONGO ALCANCE</b> de no mínimo 7.100 mm, <b>CAÇAMBA DE LONGO ALCANCE</b> com capacidade de 0,52 m³ com comprimento de 1.600 mm e altura de 980 mm, esteiras com sapatas de garras triplas com largura de 800 mm, número de roletes transportadores em cada lateral 02 (dois) e roletes de esteira em cada lateral 09 (nove), sistema elétrico de 24 V,		un	1	R\$	R\$



	direção hidrostática, cabine fechada com ar condicionado e certificação ROPS/FOPS, com película de proteção solar e grade de proteção contra objetos em queda, câmera de ré de fábrica, rádio com USB					
07	<del>TRATOR DE ESTEIRA: TRATOR DE ESTEIRA, última série, novo, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, na cor predominante amarela, peso operacional de no mínimo 14.000 kg, cabine fechada com proteção ROPS/FOPS, ar condicionado quente e frio, assento do operador com suspensão a ar, com apoio para os pés e braços e cinto de segurança, equipado com motor a diesel marca correspondente, 06 cilindros, aspiração: turbo alimentado, potência mínima de 118 HP, tanque de combustível de no mínimo 227 litros, que atenda aos padrões de emissões vigentes TIER 3 do EPA dos EUA, Estágio III A da UE e MAR 1 do Brasil, comprimento total do equipamento aproximado de 4.618 mm, largura do equipamento aproximado a 2.330 mm, altura, até o topo da cabine, de no mínimo 2.900 mm, comprimento da lâmina igual a 3.196 mm, lâmina com inclinação e ângulo variável e capacidade SAE igual a 3.3 m³, material rodante com no mínimo 07 roletes inferiores em cada lado, número de sapatas em cada lado igual a 40, alarme sonoro de deslocamento a ré, equipado com RIPPER/ESCARIFICADOR com 03 dentes e com todos os itens de série para o modelo, conforme catálogo comercial do produto e com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN</del>		un	4	R\$	R\$





1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses contados do(a) data de sua assinatura na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total desta contratação R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**6.2. As Notas Fiscais referentes aos itens custeados com recursos de transferência estadual deverão conter obrigatoriamente a indicação do número do Convênio SEAB/PR nº 23.790.881-3, sob pena de devolução do documento fiscal para correção.**



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **01/12/2025**.

7.2. Após o interregno de um ano, e *mediante solicitação da contratada*, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, ~~de índice INCC~~, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



8.3.1 No ato do recebimento definitivo dos equipamentos vinculados ao Convênio SEAB, será lavrado o respectivo Termo de Incorporação ao Patrimônio Municipal para fins de prestação de contas junto ao órgão repassador.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado **seguindo as diretrizes do Convênio SEAB nº 23.790.881-3;**

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de





Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. *O atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. (O prazo a ser estipulado deverá observar o prazo definido para a entrega – 30 (trinta) dias se trata apenas de um exemplo)*

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de (20% vinte por cento) do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)







11.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de



administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*



b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Dotação	Saldo
Infraestrutura	15.001	540	1000	4.4.90.52.00.00	R\$ 53.000,00
			609		R\$ 5.365.000,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei





14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro Regional de Piraquara-PR, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO